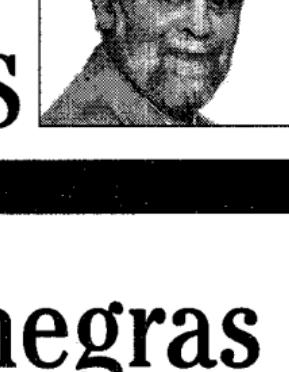


15 SET 2001

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

As ovelhas negras

• A semana trágica, marcada por atentados terroristas que mudaram a face política e econômica do planeta, foi também importante para esta nossa vida provinciana, aqui neste canto afastado do Extremo Ocidente. Ajudados pela tecnologia, que permite registrar telefonemas e traçar o dinheiro em contas bancárias, começamos a nos livrar de ovelhas negras da política.

O caso mais notório de possível afastamento de uma ovelha negra da vida pública é o do presidente do Senado, Jader Barbalho. Depois da leitura do arrasador relatório do senador Romeu Tuma sobre o desvio de dinheiro do Banpará para as suas contas no Banco Itaú e no Citibank, o Conselho de Ética decidiu, por nove votos contra cinco, enviar à Mesa uma indicação para que Jader não volte a assumir a presidência da Casa enquanto estiver sob investigação. A indicação não tem força legal, mas vai no sentido de atender ao desejo de boa parte dos senadores. Apesar dela, Jader reassumiu, declarando que renunciará ao cargo na próxima semana. É uma barganha para garantir ao PMDB o lugar e, talvez, preservar o mandato do pilantra.

Não se iludam: Jader Barbalho, apesar das evidências gritantes da sua desonestade, tem ainda muitos defensores.

Um deles é o senador João Alberto, do Maranhão, que fez parte da comissão tríplice liderada por Romeu Tuma.

João Alberto é aquele senador que parece uma cabeça de ex-voto da sala de milagres da Igreja do Senhor do Bonfim. Notabilizou-se quando presidiu a CPI dos Bancos, inventada por Jader para criar uma moeda de troca. A CPI, que se destinava a apurar se os bancos tiveram lucros indevidos com a mudança cambial de janeiro de 1999, andava bem até que o deputado Aluizio Mercadante estragou a festa. Apresentou uma lista dos dez bancos que mais lucraram com a desvalorização do real, muitos mudando de posição de um dia para o outro. Alguns dos maiores bancos do Brasil e do mundo estavam na lista. Investigá-los era tarefa para leões, não para rãs.

A curiosidade da CPI acabou de repente. Nenhum dos diretores dos bancos mencionados foi chamado para depor e o senador João Alberto deu por encerrados os trabalhos o mais depressa que pôde.

Quinta-feira, o relatório de Tuma e de Jefferson Peres será votado no Conselho de Ética. João Alberto vai apresentar um voto em separado, dizendo não ter visto na documentação nada que indicasse ser Jader Barbalho ladrão. A cegueira do senador não pode ser tratada por oftalmologistas. E dessas que nem transplante de córnea conserta.

No meio tempo, o Conselho de Ética elegeu Juvêncio da Fonseca, do PMDB de Jader, de Mato Grosso

do Sul, como seu presidente, para ocupar o lugar de Gilberto Mestrinho, que se licenciou para tratar da saúde. Nas primeiras declarações, Juvêncio já anunciou que tomará medidas para retardar o processo.

O relatório de Romeu Tuma tem pérolas como esta:

“Ao serem rastreadas as aplicações desses cheques, o destino apontaria o senador Jader Barbalho, familiares, empresas amigas e sócios como beneficiários. A prova cabal teria sido o saque, ocorrido a 17 de junho de 1987, das aplicações, por meio de cheque administrativo 99.913-3, no valor de CZ\$ 167.311,043,40, equivalentes a R\$ 9,9 milhões de hoje, compensado naquele mesmo dia numa agência do Citibank do Rio de Janeiro, na conta 52 042 391, de titularidade do senador Jader Barbalho”.

Tuma e Peres também citam depósitos em contas de parentes, pessoas e empresas ligadas a Jader que receberam dinheiro do Banpará, inclusive sua ex-mulher Elcione Barbalho, hoje deputada federal.

Outro político emaranhado na rede de evidências tecnológicas é Paulo Maluf e sua operosa família. A quebra do sigilo de telefones, celulares e fixos, seus e de seu filho e filha, demonstram uma quantidade de longas chamadas para a agência de Genebra do Citibank (sempre ele) e da Ilha de Jersey, para onde a Justiça suíça diz que cerca de US\$ 200 milhões migraram em 1987. Há chamadas também para um escritório de advocacia suíço especializado em desbloquear dinheiro suspeito de ter origem ilícita. Finalmente, há ligações para um escritório especializado em aplicar dinheiro em lugares seguros.

Foi a tecnologia moderna que permitiu rastrear essas conversas dos Maluf com instituições financeiras e legais de lugares onde, diz ele, jamais teve um centavo aplicado. A quebra de seu sigilo bancário, com o cruzamento de contas que permite, certamente trará novas revelações, dificilmente desqualificáveis com uma mera negativa.

Maluf diz que as revelações sobre a sua vida financeira no exterior são fruto da liderança que exerce na intenção de votos para governador dos eleitores paulistas. Jader Barbalho, por sua vez, acha ridículo o interesse de seus colegas, atuais senadores, por operações financeiras ocorridas há 17 anos. Cada um se defende como pode.